

# Alimentando um jogo financeiro sujo

A rede de tratados fiscais de Moçambique está a privar o Governo de milhões de dólares em receitas fiscais todos os anos. Estima-se que, como resultado de seus tratados fiscais com os paraísos fiscais das Ilhas Maurícias e Emirados Árabes Unidos (EAU), em 2021, Moçambique perdeu \$ 315 milhões<sup>1</sup> em impostos retidos na fonte sobre pagamentos de juros e dividendos. Isso representa 7,4% da receita tributária total do país naquele ano, que poderia ter sido gasta em hospitais, escolas e outras infra-estruturas públicas.

**70% de todo o investimento estrangeiro em Moçambique vem dos Emirados Árabes Unidos e das Maurícias.** Estes são paraísos fiscais bem conhecidos que permitem que empresas multinacionais que investem em Moçambique criem letterbox companies para tirar proveito de seus tratados fiscais e evitar impostos em Moçambique. Apela-se ao Governo de Moçambique para **rescindir ou renegociar os seus tratados fiscais com os Emirados Árabes Unidos e as Ilhas Maurícias, bem como rever os seus outros tratados fiscais. Um possível novo acordo com outro paraíso fiscal, o Reino dos Países Baixos, deve ser abordado com extrema cautela.**

## Recomendações de política ao Governo de Moçambique

1. Ser extremamente cauteloso ao assinar novos tratados fiscais, especialmente com o Reino dos Países Baixos
2. Rescindir e/ou renegociar tratados fiscais prejudiciais com os Emirados Árabes Unidos e as Ilhas Maurícias
3. Incluir taxas de retenção na fonte que estejam em linha com a taxa legal de retenção na fonte de 20% em Moçambique
4. Usar o Modelo da ONU como base para as negociações de tratados fiscais

## Visão geral das taxas de retenção na fonte nos tratados fiscais de Moçambique

	Dividendos	Juros	Royalties
<b>Taxas legais de Moçambique</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
<b>Índia</b>	7.5%	10%	10%
<b>Itália</b>	15%	10%	10%
<b>Macau</b>	10%	10%	10%
<b>Maurícias</b>	8% (15%)	8%	5%
<b>África do Sul</b>	8% (15%)	8%	5%
<b>Emirados Árabes Unidos</b>	0%	0%	5%
<b>Vietname</b>	10%	10%	10%
<b>Portugal</b>	10%	10%	10%
<b>Botswana</b>	0% (12%)	10%	10%
<b>Etiópia</b>	10%	10%	10%

O vermelho indica uma redução em mais de metade da taxa legal de retenção na fonte de 20%.

## Treaty Shopping em Moçambique

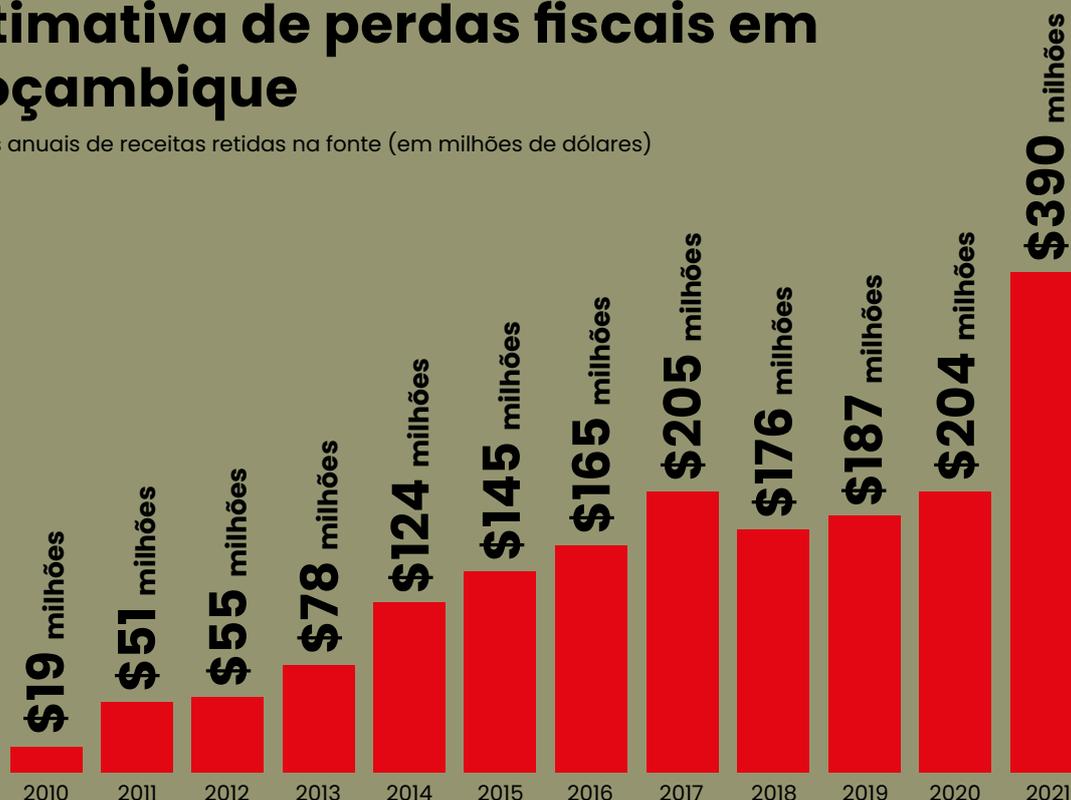
Tratados fiscais são acordos assinados entre dois países cujo objectivo oficial é evitar a dupla tributação de rendimento nos dois países. São, portanto, também conhecidos como ‘acordos de dupla tributação’. No entanto, eles também contêm regras sobre como certos rendimentos transfronteiriços são tributados, como dividendos e pagamentos de juros. Por causa disso, ao invés de prevenir a dupla tributação, os tratados fiscais podem reduzir fortemente o valor do imposto que as empresas multinacionais devem pagar.

São especialmente prejudiciais para países que recebem muito investimento estrangeiro, como Moçambique. Moçambique assinou 10 tratados fiscais. A Tabela 1 abaixo apresenta uma lista dos tratados e suas taxas de retenção na fonte. Dois deles são com os conhecidos paraísos fiscais Ilhas Maurícias e Emirados Árabes Unidos. Estes são especialmente problemáticos porque permitem que empresas estrangeiras evitem impostos em Moçambique através do que é chamado de ‘treaty shopping’. O tratado fiscal de Moçambique com as Ilhas Maurícias reduz as taxas de retenção na fonte de 20% para 8%, enquanto o tratado com os Emirados Árabes Unidos as reduz completamente para 0%.

Devido às baixas taxas de retenção na fonte nestes tratados, muitas empresas estrangeiras usam letterbox companies nos Emirados Árabes Unidos e nas Ilhas Maurícias quando investem em Moçambique. Os campos de gás e outros recursos naturais de Moçambique atraíram bilhões de dólares em investimentos estrangeiros nos últimos 10 anos. As estatísticas mostram que 70% de todo o investimento estrangeiro em Moçambique vem dos Emirados Árabes Unidos e das Ilhas Maurícias.

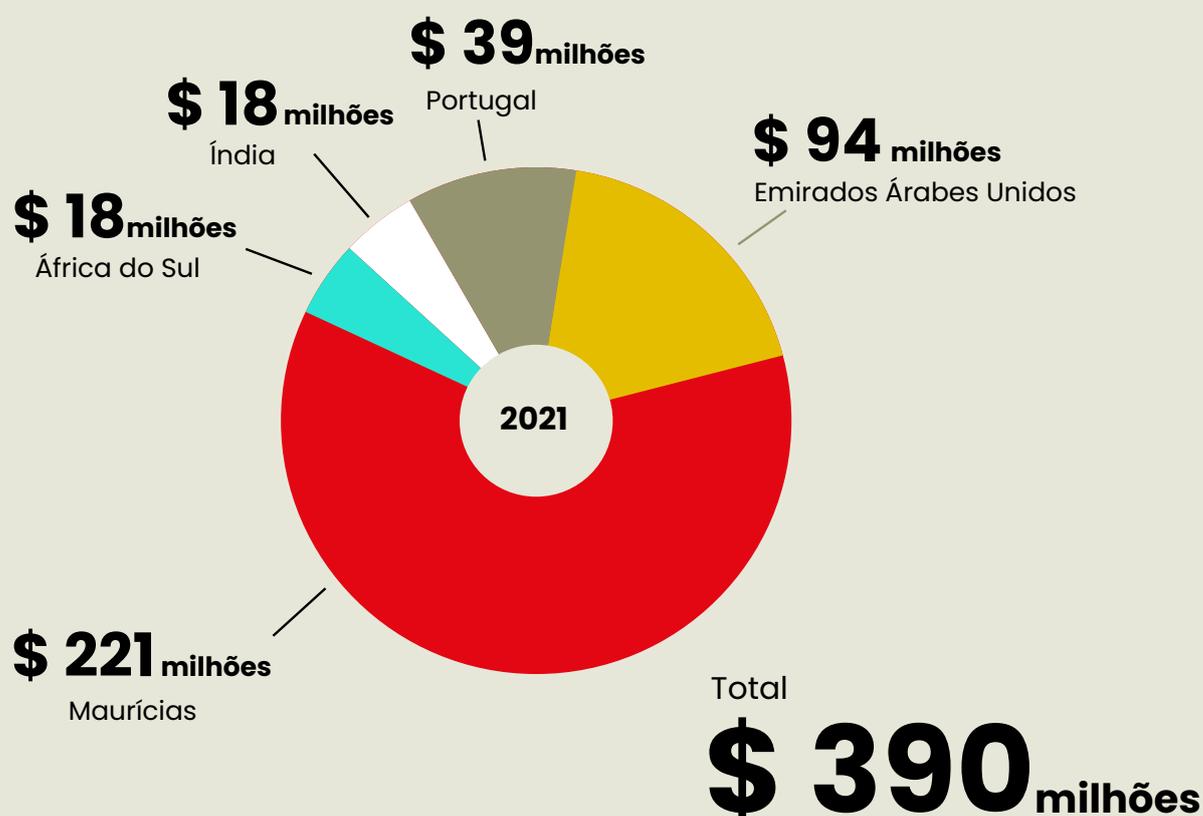
# Estimativa de perdas fiscais em Moçambique

Perdas anuais de receitas retidas na fonte (em milhões de dólares)



## Estimativa de perdas por tratado fiscal

Estimativas de retenção na fonte perdida sobre dividendos e juros devido a tratados fiscais em 2021



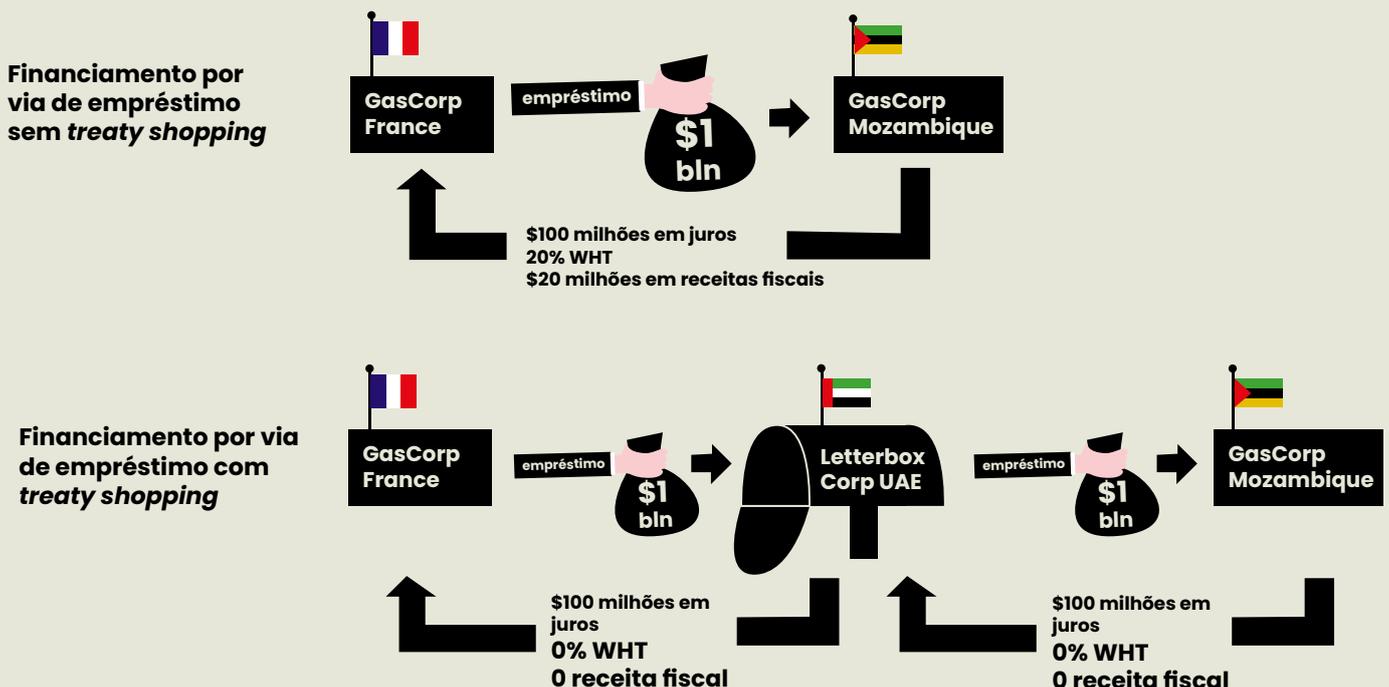
Devido aos tratados fiscais de Moçambique com estes dois paraísos fiscais, o Estado está a perder milhões em receitas fiscais sobre estes investimentos. **Estima-se que em 2021 o Governo moçambicano perdeu aproximadamente \$ 315 milhões em receitas fiscais como resultado da redução das taxas de retenção na fonte sobre pagamentos de juros e dividendos nos tratados com os Emirados Árabes Unidos e as Maurícias. Isso representa 7,4% da receita tributária total do País.**

Para dar um exemplo concreto, as multinacionais europeias TotalEnergies e ENI criaram letterbox companies nos Emirados Árabes Unidos para financiar suas concessões bilionárias de gás. Isso pode permitir que eles usem a taxa de retenção na fonte de juros de 0% acordada no tratado fiscal Emirados Árabes Unidos – Moçambique. De acordo com os cálculos da OpenOil, estima-se que Moçambique perca até \$ 1,6 bilhão em juros retidos na fonte ao longo da vida dos dois projectos de gás.<sup>2</sup> A Figura 1 abaixo mostra como isso funcionaria usando uma empresa francesa fictícia, ‘GasCorp’.

## Moçambique precisa urgentemente de renegociar os seus tratados fiscais

O montante de impostos perdidos por Moçambique devido aos seus tratados fiscais mostra a necessidade urgente de Moçambique rescindir ou renegociar os seus tratados com as Ilhas Maurícias e os Emirados Árabes Unidos. Ao fazê-lo, Moçambique seguiria o Senegal, o Ruanda, o Lesotho e a Zâmbia, que cancelaram ou renegociaram os seus tratados fiscais com as Ilhas Maurícias. É importante notar que as taxas de retenção na fonte não são a única cláusula do tratado que prejudica os direitos fiscais de Moçambique. Existem também disposições relativas ao imposto sobre ganhos de capital, estabelecimento permanente e outros nos tratados fiscais de Moçambique que limitam severamente a sua capacidade de tributar as multinacionais estrangeiras.

2. Say no to gas in Mozambique, “Too late to count: a financial analysis of Mozambique’s gas sector – Report by OpenOil”, July 2022, accessed 16-01-2023, <https://stopmozgas.org/report/financial-analysis-mozambique-gas-sector/>



Os governos costumam usar o argumento de que os tratados fiscais levam a investimentos adicionais e são bons para a economia. A pesquisa do FMI, no entanto, mostrou que os tratados fiscais não levam a investimentos adicionais e são bastante usados por corporações multinacionais para evitar impostos sobre investimentos com os quais já se comprometeram, independentemente desses tratados fiscais. Moçambique já oferece às empresas incentivos e isenções fiscais significativos e permite que as empresas usem créditos fiscais estrangeiros para evitar a dupla tributação. Isto põe em causa a necessidade de tratados fiscais para Moçambique.

## **Moçambique deve ser extremamente cauteloso ao assinar um tratado com o paraíso fiscal, Reino dos Países Baixos**

Actualmente, Moçambique também está a negociar um tratado fiscal com o Reino dos Países Baixos, um paraíso fiscal notório por permitir ao treaty shopping e negociar agres-

sivamente baixas taxas de retenção na fonte nos seus tratados com países africanos. Por exemplo, o tratado entre o Reino dos Países Baixos e Uganda foi criticado por reduzir fortemente as taxas de retenção na fonte. Cálculos da Oxfam mostram que esse tratado permite à TotalEnergies, que também opera um projecto petrolífero em Uganda, evitar milhões em impostos.<sup>3</sup> O governo do Quênia anunciou em 2021 que não ratificará o tratado com o Reino dos Países Baixos e quer renegociar porque não reflectia suficientemente os seus interesses.

O Reino dos Países Baixos já é a quinta maior fonte de investimento estrangeiro em Moçambique, com \$ 4,5 bilhões em 2021. A assinatura de um tratado fiscal com este país provavelmente levará a uma situação semelhante à dos Emirados Árabes Unidos e Maurícias, custando a Moçambique milhões de dólares em receitas fiscais. Estima-se que a assinatura de um tratado com alíquotas reduzidas de imposto retido na fonte poderia custar a Moçambique até US\$ 20 milhões por ano. Portanto, é de extrema importância que Moçambique seja extremamente cauteloso ao assinar um tratado com o Reino dos Países Baixos.

*Para obter mais informações sobre as descobertas explicadas acima e uma explicação detalhada dos tratados fiscais e nossas recomendações, consulte o relatório completo 'Acordos de dupla tributação: como os tratados fiscais facilitam a fuga ao fisco em Moçambique?'.*

*Este briefing de advocacia faz parte do projeto Going Public, financiado pelo Ministério Finanças para Ajuda ao Desenvolvimento (FINNIDA). O projecto é implementado pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), Centro Internacional de Pesquisa em Corporações Multinacionais (SOMO), Oxfam Moçambique, Oxfam Novib e Tax Justice Network Africa.*

# **\$ 4.5 mil milhões**

**O Reino dos Países Baixos é já a quinta maior fonte de investimento estrangeiro em Moçambique, com \$4,5 mil milhões de dólares de investimento estrangeiro provenientes do país em 2021.**

3. <https://uganda.oxfam.org/latest/publications/money-pipeline?q=latest/policy-paper/money-pipeline>

# SOMO



## **SOMO**

KNSM-laan 17  
1019 LA Amsterdã  
Reino dos Países Baixos  
Tel: +31 (20) 6391291  
E-mail: [info@somo.nl](mailto:info@somo.nl)  
Site: [www.somo.nl](http://www.somo.nl)

## **CDD**

Nº 279 Rua de Dar-Es-Salaam  
Maputo  
Mozambique  
Tel: +258 21 085 797  
Email: [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
Website: [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

